

# O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM  
1875



JULIO MESQUITA  
(1862 - 1927)

O ESTADO DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2021 | **Economia** | B3

## Setor quer tirar 'jabutis' da MP da Eletrobrás

Mobilização critica aprovação de artigos que trazem custos a consumidores e investidores

Anne Warth  
Marlla Sabino  
BRASÍLIA

O setor elétrico decidiu se mobilizar para tentar reduzir o estrago que os "jabutis" da medida provisória da Eletrobrás poderão causar sobre os investimentos em energia nos próximos anos.

Em troca da aprovação da proposta na Câmara, governo e mercado fecharam os olhos para os custos que os parlamentares embutiram para a conta de luz dos consumidores, que incluem termoelétricas em locais onde não há reservas ou gasodutos, contratação obrigatória de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) nos leilões e renovação de contratos de energia velha a preços superiores ao de usinas novas.

Agora, associações e especialistas da área de energia e gás trabalham para retomar o texto original enviado pelo Executivo no Senado. No limite, não está descartada a possibilidade de convencer os senadores a deixar o texto caducar – o que impe-

diria a capitalização da estatal, que não pode ocorrer sem aval do Legislativo.

Aprovada em uma única sessão na quarta-feira passada na Câmara, a MP da Eletrobrás precisa ser aprovada até o dia 22 de junho pelo Senado para não perder validade. Se os senadores modificarem o texto, ele terá de voltar para mais uma análise dos deputados, o que aumenta o risco da perda do prazo.

Especialistas ainda estão refinando os cálculos, mas as estimativas apontam que os "jabutis" – como são chamadas as emendas que mudam o teor original das medidas provisórias enviadas ao Congresso – superam os R\$ 60 bilhões que o governo pretende levantar com a privatização da Eletrobrás. A operação se dará por meio da oferta de novas ações da companhia no mercado, reduzindo a fatia detida pela União de 60% para 45%.

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Mario Menel, as medidas embutidas no



**Privatização.** Associações e especialistas do setor trabalham para retomar texto original da MP da Eletrobrás

● **Avaliação**  
"Deixar para os parlamentares definir tipo de usina, local e tamanho não faz nenhum sentido."

**Claudio Sales**  
PRESIDENTE DO ACENDE BRASIL

texto na Câmara ferem os princípios defendidos no setor elétrico há anos, inclusive em consultas públicas feitas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). "Agente defendia princípios como melhor alocação de custos, de benefícios e de riscos", afirmou. Segundo ele, a criação de uma reserva de mercado – com a obrigação de usinas termoelétricas – para uma determinada fonte de energia pode resultar em aumento de custos para todos os consumidores.

Nos bastidores, há outra preocupação em comum. Como a demanda das distribuidoras nos leilões vem caindo em razão da migração de consumidores para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída, há receio de que investimentos em usinas eólicas, hidrelétricas e solares centralizadas não se viabilizem, mesmo que elas sejam mais baratas, uma vez que haverá contratação obrigatória de termoelétricas e PCHs.

O presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa, já vinha alertan-

do sobre as emendas há semanas. "As mudanças no projeto da Eletrobrás surpreenderam muita gente que agora está fazendo a conta e descobrindo que vai ter de pagar pelos 'jabutis' da privatização que vai aumentar os riscos e reduzir o mercado de outros investidores", disse. "Agora, nós, consumidores, não estaremos mais sós nessa batalha."

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, vê o texto aprovado pela Câmara com apreensão, especialmente o trecho que determina a quantidade de energia de termoelétricas que deverá ser contratada e os locais onde elas deverão ser instaladas. "Esses pontos nada têm a ver com a essência

da privatização. São resultado da pressão política de alguns grupos e distorceram muito o objetivo original", afirmou. "Deixar para os parlamentares definir tipo de usina, local e tamanho não faz sentido."

Alguns partidos já se mobilizam para tentar derrubar as modificações feitas pelos deputados. "Nós vamos tentar eliminar o que veio da Câmara, fazendo prevalecer o projeto original. Da forma como veio da Câmara não temos condições de votar", afirmou o líder do Podemos, senador Álvaro Dias (PR). Sem detalhar, ele afirmou que o partido deverá apresentar requerimentos para "impugnar" os trechos considerados estranhos.